

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	8
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	16
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	33

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	77
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	78

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.352.424
Preferenciais	3.757.710
Total	6.110.134
Em Tesouraria	
Ordinárias	4.365
Preferenciais	2.320
Total	6.685

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/10/2014	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/10/2014	Ordinária		0,01500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	38.568.000	34.432.000
1.01	Ativo Circulante	1.499.000	1.091.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	883.000	340.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	65.000	86.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	65.000	86.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	65.000	86.000
1.01.03	Contas a Receber	282.000	373.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	282.000	373.000
1.01.03.02.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	282.000	373.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	188.000	215.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	188.000	215.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	81.000	77.000
1.01.08.03	Outros	81.000	77.000
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	81.000	77.000
1.02	Ativo Não Circulante	37.069.000	33.341.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	605.000	630.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	601.000	626.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	601.000	626.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.000	4.000
1.02.01.09.03	Outros Ativos	4.000	4.000
1.02.02	Investimentos	35.935.000	32.181.000
1.02.02.01	Participações Societárias	35.935.000	32.181.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.304.000	2.179.000
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	33.631.000	30.002.000
1.02.03	Imobilizado	69.000	70.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	69.000	70.000
1.02.04	Intangível	460.000	460.000
1.02.04.01	Intangíveis	460.000	460.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	38.568.000	34.432.000
2.01	Passivo Circulante	891.000	1.012.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	37.000	68.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	37.000	68.000
2.01.05	Outras Obrigações	854.000	944.000
2.01.05.02	Outros	854.000	944.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	848.000	936.000
2.01.05.02.04	Remuneração do Pessoal-Chave da Administração	3.000	5.000
2.01.05.02.05	Outros Passivos	3.000	3.000
2.02	Passivo Não Circulante	406.000	289.000
2.02.03	Tributos Diferidos	5.000	4.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.000	4.000
2.02.04	Provisões	401.000	285.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	401.000	285.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	401.000	285.000
2.03	Patrimônio Líquido	37.271.000	33.131.000
2.03.01	Capital Social Realizado	26.965.000	22.000.000
2.03.01.01	Capital Social	27.025.000	22.000.000
2.03.01.02	Ações em Tesouraria	-60.000	0
2.03.02	Reservas de Capital	466.000	406.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	436.000	376.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	25.000	25.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	10.452.000	11.593.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.034.000	1.120.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	9.418.000	9.856.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	617.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-619.000	-875.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.184.000	5.612.000	1.478.000	3.798.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.000	-25.000	-7.000	-30.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.000	9.000	2.000	6.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.000	-154.000	-21.000	-115.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-10.000	-154.000	-21.000	-114.000
3.04.05.02	Outras Despesas	0	0	0	-1.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.200.000	5.782.000	1.504.000	3.937.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.184.000	5.612.000	1.478.000	3.798.000
3.06	Resultado Financeiro	17.000	46.000	6.000	12.000
3.06.01	Receitas Financeiras	26.000	66.000	6.000	27.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.000	-20.000	0	-15.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.201.000	5.658.000	1.484.000	3.810.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-46.000	-65.000	41.000	112.000
3.08.01	Corrente	-40.000	-41.000	-28.000	-28.000
3.08.02	Diferido	-6.000	-24.000	69.000	140.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.155.000	5.593.000	1.525.000	3.922.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.155.000	5.593.000	1.525.000	3.922.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,35000	0,92000	0,25000	0,66000
3.99.01.02	PN	0,35000	0,92000	0,25000	0,66000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,35000	0,92000	0,25000	0,66000
3.99.02.02	PN	0,35000	0,92000	0,25000	0,66000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	2.155.000	5.593.000	1.525.000	3.922.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	140.000	256.000	-133.000	-875.000
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	4.000	0	1.000	2.000
4.02.02	Participação no Resultado Abrangente de Inv. em Associadas e Entidades Cont.em Conjunto	136.000	256.000	-134.000	-877.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.295.000	5.849.000	1.392.000	3.047.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	50.000	25.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-163.000	-138.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	5.593.000	3.922.000
6.01.01.02	Juros sobre Debêntures e Notas Promissórias	0	15.000
6.01.01.03	Resultado de Participação s/ o Lucro Líq. de Subsidiárias, Associadas e Entid. Controladas em Conj.	-5.782.000	-3.937.000
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.000	-140.000
6.01.01.05	Depreciação e Amortização	2.000	2.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	213.000	163.000
6.01.02.01	Redução em Ativos Financeiros	22.000	794.000
6.01.02.02	Redução em Outros Ativos	608.000	92.000
6.01.02.03	Redução em Provisões, Contas a Pagar e Outros Passivos	-417.000	-723.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.007.000	1.693.000
6.02.01	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	2.007.000	1.693.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.514.000	-1.689.000
6.03.01	Subscrições de Ações	188.000	315.000
6.03.02	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-1.642.000	-1.417.000
6.03.03	Pagamento Debêntures	0	-377.000
6.03.05	Pagamento de Notas Promissórias	0	-210.000
6.03.06	Aquisição de Ações para Tesouraria	-60.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	543.000	29.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	340.000	332.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	883.000	361.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.025.000	0	-5.297.000	-1.437.000	0	-1.709.000
5.04.01	Aumentos de Capital	4.500.000	0	-4.500.000	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	60.000	0	0	0	60.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-60.000	0	0	0	-60.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-716.000	0	-716.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-721.000	0	-721.000
5.04.08	Subscrição de Ações	525.000	0	0	0	0	525.000
5.04.10	Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anterior	0	0	-617.000	0	0	-617.000
5.04.11	Reorganizações Societárias	0	0	-180.000	0	0	-180.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.593.000	256.000	5.849.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.593.000	0	5.593.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	256.000	256.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.156.000	-4.156.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.156.000	-4.156.000	0	0
5.07	Saldos Finais	27.025.000	413.000	10.452.000	0	-619.000	37.271.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.500.000	62.000	-5.410.000	-1.053.000	26.000	-875.000
5.04.01	Aumentos de Capital	4.600.000	0	-4.600.000	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	62.000	0	0	0	62.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.053.000	0	-1.053.000
5.04.08	Subscrição de Ações	900.000	0	0	0	0	900.000
5.04.10	Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anterior	0	0	-610.000	0	0	-610.000
5.04.11	Reorganizações Societárias	0	0	-173.000	0	0	-173.000
5.04.12	Outros	0	0	-1.000	0	0	-1.000
5.04.13	Transferências	0	0	-26.000	0	26.000	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.922.000	-875.000	3.047.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.922.000	0	3.922.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-875.000	-875.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.869.000	-2.869.000	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	196.000	-196.000	0	0
5.06.05	Reservas a Integralizar	0	0	2.673.000	-2.673.000	0	0
5.07	Saldos Finais	22.000.000	394.000	10.360.000	0	-555.000	32.199.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.000	-21.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.000	-10.000
7.02.04	Outros	-6.000	-11.000
7.02.04.01	Convênio de Rateio de Custo Comum	-4.000	-7.000
7.02.04.02	Outras Despesas	-2.000	-4.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-11.000	-21.000
7.04	Retenções	-2.000	-2.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.000	-2.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-13.000	-23.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.857.000	3.970.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.782.000	3.937.000
7.06.02	Receitas Financeiras	66.000	27.000
7.06.03	Outros	9.000	6.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.844.000	3.947.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.844.000	3.947.000
7.08.01	Pessoal	9.000	7.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.000	7.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	222.000	3.000
7.08.02.01	Federais	222.000	2.000
7.08.02.03	Municipais	0	1.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.000	15.000
7.08.03.01	Juros	20.000	15.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.593.000	3.922.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	721.000	809.000
7.08.04.02	Dividendos	716.000	244.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.156.000	2.869.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	46.115.000	41.929.000
1.01	Ativo Circulante	5.170.000	5.252.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.889.000	1.539.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	59.000	86.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	59.000	86.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	59.000	86.000
1.01.03	Contas a Receber	1.194.000	1.202.000
1.01.03.01	Clientes	1.194.000	1.202.000
1.01.04	Estoques	778.000	736.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	386.000	462.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	386.000	462.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	864.000	1.227.000
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	350.000
1.01.08.03	Outros	864.000	877.000
1.01.08.03.01	Ativos Financeiros	842.000	840.000
1.01.08.03.02	Ativos Não Financeiros	22.000	37.000
1.02	Ativo Não Circulante	40.945.000	36.677.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.114.000	1.855.000
1.02.01.05	Ativos Biológicos	1.363.000	1.126.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	751.000	729.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	751.000	729.000
1.02.02	Investimentos	33.669.000	29.950.000
1.02.02.01	Participações Societárias	33.669.000	29.950.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	33.669.000	29.950.000
1.02.03	Imobilizado	4.124.000	3.832.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.124.000	3.832.000
1.02.04	Intangível	1.038.000	1.040.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.038.000	1.040.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	46.115.000	41.929.000
2.01	Passivo Circulante	2.673.000	2.907.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	171.000	180.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	171.000	180.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	171.000	180.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	902.000	908.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	897.000	902.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	721.000	787.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	176.000	115.000
2.01.04.02	Debêntures	5.000	6.000
2.01.05	Outras Obrigações	860.000	1.067.000
2.01.05.02	Outros	860.000	1.067.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	849.000	1.024.000
2.01.05.02.04	Provisão para Participação no Lucro	11.000	43.000
2.01.06	Provisões	740.000	752.000
2.01.06.02	Outras Provisões	740.000	752.000
2.02	Passivo Não Circulante	3.159.000	3.048.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.949.000	1.856.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.835.000	1.747.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.303.000	1.273.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	532.000	474.000
2.02.01.02	Debêntures	114.000	109.000
2.02.03	Tributos Diferidos	608.000	519.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	608.000	519.000
2.02.04	Provisões	602.000	527.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	602.000	527.000
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	146.000
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	146.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	40.283.000	35.974.000
2.03.01	Capital Social Realizado	26.965.000	22.000.000
2.03.01.01	Capital Social	27.025.000	22.000.000
2.03.01.02	Ações em Tesouraria	-60.000	0
2.03.02	Reservas de Capital	466.000	406.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	436.000	376.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	25.000	25.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	10.452.000	11.593.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.034.000	1.120.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	9.418.000	9.856.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	617.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-619.000	-875.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.012.000	2.843.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.328.000	3.730.000	1.644.000	3.953.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-992.000	-2.766.000	-1.194.000	-2.768.000
3.03	Resultado Bruto	336.000	964.000	450.000	1.185.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.960.000	4.993.000	1.244.000	3.261.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-170.000	-447.000	-151.000	-418.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-54.000	-191.000	-66.000	-204.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15.000	198.000	12.000	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.000	-154.000	-36.000	-174.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-9.000	-154.000	-36.000	-130.000
3.04.05.02	Despesas Operacionais	0	0	0	-44.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.178.000	5.587.000	1.485.000	4.057.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.296.000	5.957.000	1.694.000	4.446.000
3.06	Resultado Financeiro	-35.000	-71.000	-18.000	-50.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-35.000	-71.000	-18.000	-50.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.261.000	5.886.000	1.676.000	4.396.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-53.000	-100.000	-16.000	-106.000
3.08.01	Corrente	-40.000	-72.000	-44.000	-135.000
3.08.02	Diferido	-13.000	-28.000	28.000	29.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.208.000	5.786.000	1.660.000	4.290.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	-29.000	-97.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	-29.000	-97.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.208.000	5.786.000	1.631.000	4.193.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.155.000	5.593.000	1.525.000	3.922.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	53.000	193.000	106.000	271.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,35000	0,92000	0,25000	0,66000
3.99.01.02	PN	0,35000	0,92000	0,25000	0,66000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.208.000	5.786.000	1.631.000	4.193.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	140.000	256.000	-133.000	-875.000
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Variação Cambial de Investimento no Exterior	4.000	0	1.000	2.000
4.02.02	Participação no Resultado Abrangente de Inv. em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	136.000	256.000	-134.000	-877.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.348.000	6.042.000	1.498.000	3.318.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.295.000	5.849.000	1.392.000	3.047.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	53.000	193.000	106.000	271.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	827.000	325.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	922.000	718.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	5.786.000	4.193.000
6.01.01.02	Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	207.000	157.000
6.01.01.03	Depreciação, Amortização e Exaustão	474.000	456.000
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.587.000	-4.057.000
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.000	-29.000
6.01.01.06	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-188.000	-151.000
6.01.01.07	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.000	-15.000
6.01.01.08	Resultado da Alienação de Ativo Imobilizado	-3.000	2.000
6.01.01.09	Outros	200.000	162.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	125.000	-178.000
6.01.02.01	(Aumento) / Redução em Ativos Financeiros	26.000	791.000
6.01.02.02	(Aumento) / Redução em Outros Ativos Financeiros	93.000	75.000
6.01.02.03	(Aumento) / Redução em Estoques	30.000	-76.000
6.01.02.04	(Aumento) / Redução em Ativos Fiscais	20.000	-9.000
6.01.02.05	(Aumento) / Redução em Outros Ativos Não Financeiros	444.000	-236.000
6.01.02.06	Aumento / (Redução) em Obrigações Fiscais e Trabalhistas	39.000	13.000
6.01.02.07	Aumento / (Redução) em Outros Passivos Não Financeiros	-527.000	-736.000
6.01.03	Outros	-220.000	-215.000
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-61.000	-94.000
6.01.03.02	Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-159.000	-121.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.213.000	1.187.000
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-148.000	-34.000
6.02.03	Aquisição de Intangíveis	-12.000	-7.000
6.02.04	Alienação de Intangíveis	0	1.000
6.02.05	Aquisição de Imobilizado de Uso	-592.000	-370.000
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	52.000	16.000
6.02.07	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.929.000	1.635.000
6.02.08	Ativos Operações Descontinuadas	0	-35.000
6.02.09	Outros	-16.000	-19.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.675.000	-1.860.000
6.03.01	Aumento de Capital	188.000	315.000
6.03.02	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos	-1.797.000	-1.550.000
6.03.03	Pagamento de Notas Promissórias	0	-210.000
6.03.04	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	630.000	577.000
6.03.05	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-619.000	-601.000
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-7.000	-383.000
6.03.08	Ações em Tesouraria	-70.000	-8.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-15.000	1.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	350.000	-347.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.539.000	1.714.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.889.000	1.367.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000	2.843.000	35.974.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000	2.843.000	35.974.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.025.000	0	-5.297.000	-1.437.000	0	-1.709.000	-24.000	-1.733.000
5.04.01	Aumentos de Capital	4.500.000	0	-4.500.000	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	60.000	0	0	0	60.000	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-60.000	0	0	0	-60.000	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-716.000	0	-716.000	0	-716.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-721.000	0	-721.000	0	-721.000
5.04.08	Subscrição de Ações	525.000	0	0	0	0	525.000	0	525.000
5.04.09	Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anterior	0	0	-617.000	0	0	-617.000	0	-617.000
5.04.10	Reorganização Societária	0	0	-180.000	0	0	-180.000	0	-180.000
5.04.13	Varição da Participação dos Acionistas Minoritários	0	0	0	0	0	0	-24.000	-24.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.593.000	256.000	5.849.000	193.000	6.042.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.593.000	0	5.593.000	193.000	5.786.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	256.000	256.000	0	256.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.156.000	-4.156.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.156.000	-4.156.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	27.025.000	413.000	10.452.000	0	-619.000	37.271.000	3.012.000	40.283.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000	2.647.000	32.674.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000	2.647.000	32.674.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.500.000	62.000	-5.410.000	-1.053.000	26.000	-875.000	-62.000	-937.000
5.04.01	Aumentos de Capital	4.600.000	0	-4.600.000	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	62.000	0	0	0	62.000	0	62.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.053.000	0	-1.053.000	0	-1.053.000
5.04.08	Subscrição de Ações	900.000	0	0	0	0	900.000	0	900.000
5.04.09	Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anterior	0	0	-610.000	0	0	-610.000	0	-610.000
5.04.10	Reorganização Societária	0	0	-173.000	0	0	-173.000	0	-173.000
5.04.11	Outros	0	0	-1.000	0	0	-1.000	0	-1.000
5.04.12	Transferências	0	0	-26.000	0	26.000	0	0	0
5.04.13	Varição da Participação dos Acionistas Minoritários	0	0	0	0	0	0	-62.000	-62.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.922.000	-875.000	3.047.000	271.000	3.318.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.922.000	0	3.922.000	271.000	4.193.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-875.000	-875.000	0	-875.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.869.000	-2.869.000	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	196.000	-196.000	0	0	0	0
5.06.05	Reservas a Integralizar	0	0	2.673.000	-2.673.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	22.000.000	394.000	10.360.000	0	-555.000	32.199.000	2.856.000	35.055.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	3.934.000	4.237.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.730.000	3.953.000
7.01.02	Outras Receitas	204.000	284.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.331.000	-2.319.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.901.000	-1.861.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.000	-65.000
7.02.04	Outros	-400.000	-393.000
7.02.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-5.000	-9.000
7.02.04.02	Propaganda, Promoções e Publicidade	-344.000	-175.000
7.02.04.03	Instalações, Conservação e Manutenção de Bens	-5.000	-1.000
7.02.04.04	Viagens	-2.000	-33.000
7.02.04.05	Legais e Judiciais	0	-2.000
7.02.04.06	Outras Despesas	-44.000	-173.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.603.000	1.918.000
7.04	Retenções	-475.000	-456.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-475.000	-456.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.128.000	1.462.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.784.000	4.213.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.587.000	4.057.000
7.06.02	Receitas Financeiras	196.000	156.000
7.06.03	Outros	1.000	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.912.000	5.675.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.912.000	5.675.000
7.08.01	Pessoal	611.000	836.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	499.000	680.000
7.08.01.02	Benefícios	80.000	93.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	32.000	63.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	272.000	440.000
7.08.02.01	Federais	272.000	423.000
7.08.02.02	Estaduais	0	16.000
7.08.02.03	Municipais	0	1.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	243.000	205.000
7.08.03.01	Juros	243.000	204.000
7.08.03.02	Aluguéis	0	1.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.786.000	4.194.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	720.000	809.000
7.08.04.02	Dividendos	716.000	244.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.157.000	2.869.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	193.000	272.000

Comentário do Desempenho



ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a setembro de 2014

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a setembro de 2014, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

As demonstrações contábeis foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers, contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalva e com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas à CVM e à BM&FBovespa.

1) DESTAQUES

Itaúsa

O Conselho de Administração da Itaúsa homologou, em 25/04/14, aumento de capital social no montante de R\$ 525 milhões.

Na Assembleia Geral de 28/04/14 foi aprovada bonificação de 10% em ações, mediante capitalização de reservas de lucros, no valor de R\$ 4,5 bilhões. As ações subscritas no aumento do capital social também fizeram jus à bonificação de 10% em ações.

Pelo décimo primeiro ano a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal ranking de sustentabilidade empresarial do mundo. Em sua edição 2014/2015, a carteira é integrada por 319 empresas de 26 países, das quais apenas 8 brasileiras – entre elas o Itaú Unibanco Holding S.A..

A Itaúsa obteve a maior nota do setor nos quesitos:

- Política Anticrime / Medidas;
- Gerenciamento da Marca; e
- Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico.

Além disso, a Itaúsa, o Itaú Unibanco e a Duratex foram selecionados para compor a carteira Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index.

A Itaúsa e o Itaú Unibanco foram reconhecidos pelo Carbon Disclosure Project - CDP *Latin America* entre as 10 empresas Líderes em Transparência, de acordo com a metodologia global de pontuação do CDP (Scoring) aplicada ao questionário “Mudanças Climáticas Edição 2014”. Atualmente, mais de 4.500 organizações de todo o mundo reportam seus dados climáticos ao CDP, que possui o maior volume de informações sobre mudanças climáticas. No Brasil, o CDP *Investors* encerrou o seu ciclo de 2014 com 52 empresas respondentes.

Itaú Unibanco Holding

O Itaú Unibanco reafirmando sua estratégia de atuação no modelo de *bancassurance*, com foco na comercialização de seguros massificados de Pessoas e Patrimoniais, tipicamente relacionados ao varejo bancário com clientes, anunciou:

- a alienação da operação de seguros de grandes riscos para o grupo ACE, cuja conclusão ocorreu em 31 de outubro último. Essa operação terá um efeito estimado no lucro, antes de impostos, de R\$ 1,1 bilhão;
- a rescisão dos acordos operacionais relativos à oferta do seguro de garantia estendida nas lojas “Ponto Frio” e “Casas Bahia”, em outubro último. A Via Varejo S.A. pagou a quantia de R\$ 584 milhões, à vista, referente principalmente à restituição de valores desembolsados nos termos desses acordos, devidamente corrigidos. Essa rescisão não trará impacto relevante no resultado.

Comentário do Desempenho



Em agosto de 2014, o Itaú Unibanco reafirmando o compromisso com o mercado chileno ampliou o acordo de *joint venture* firmado em 2011 com a Munita, Cruzat & Claro S.A. Corredores de Bolsa e da MCC Securities Inc. (MCC), atingindo 100% de participação na MCC. A integração, através do Itaú Private Bank, será focada na continuidade do relacionamento com clientes. Com esse movimento o Itaú Unibanco reforça a visão de ser o maior *private bank* do mercado latino-americano.

Em outubro de 2014, foi aprovada pelo BACEN a participação que o Itaú Unibanco deterá na união das operações do Banco Itaú Chile e do CorpBanca no Chile e nas demais jurisdições em que o CorpBanca atua. Essa união está ainda sujeita às aprovações regulatórias no Chile, Colômbia e Panamá e dos demais acionistas de ambas instituições.

Em 23 de outubro de 2014, a Superintendência-Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou o Acordo de Acionistas da Tecban, não havendo mais nenhuma aprovação regulatória pendente. Esse acordo estipula que os bancos signatários substituirão, em até 4 anos, parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento (TAA) por equipamentos da Rede 24Horas, geridos pela Tecban.

Duratex

A Duratex tem focado seus investimentos visando a sustentação de longo prazo de suas operações. No terceiro trimestre, os investimentos da Companhia se deram basicamente na manutenção das operações, totalizando R\$ 118,7 milhões. No acumulado do ano, os investimentos foram de R\$ 485,5 milhões, com destaque para o aumento na participação na Tablemac (R\$ 151,7 milhões) e a aquisição de ativos florestais da Caxuana (R\$ 58,5 milhões).

Elekeiroz

O investimento total no período foi de R\$ 35,5 milhões, com destaque para o projeto de interligação e adaptação da unidade de gases industriais ao complexo da empresa no Polo de Camaçari e ao projeto de aumento de capacidade e redução de custos da cadeia produtiva de oxo-álcoois.

Itautec

Reposicionamento Estratégico

Em continuidade ao processo de Reposicionamento Estratégico da Companhia, que inclui a desativação paulatina da Unidade de Computação, foram entregues, de janeiro a setembro de 2014, 44,6 mil equipamentos entre *desktops*, *notebooks* e servidores, cumprindo assim o atendimento aos contratos, nos segmentos corporativo e governo, firmados em períodos anteriores. Adicionalmente, a Itautec continuou honrando os contratos de garantia e manutenção de equipamentos relativos à marca Itautec/Infoway, não acarretando qualquer inconveniente a seus clientes.

Comentário do Desempenho**2) DESEMPENHO ECONÔMICO**

O lucro líquido recorrente de janeiro a setembro de 2014 foi de R\$ 5.513 milhões – crescimento de 26,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 21,1%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 5.593 milhões com rentabilidade de 21,4%.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Lucro Líquido	5.593	3.922	193	271	5.786	4.193
Lucro Líquido Recorrente	5.513	4.357	175	284	5.688	4.641
Patrimônio Líquido	37.271	32.199	3.012	2.856	40.283	35.055
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	21,4%	16,9%	8,8%	13,2%	20,4%	16,6%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	21,1%	18,8%	7,9%	13,8%	20,0%	18,4%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	30/09/2014	30/09/2013	Evolução (%)
Indicadores por ação - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	0,92	0,66	39,3%
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,91	0,73	23,6%
Valor Patrimonial da Controladora	6,11	5,35	14,1%
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,22	0,15	40,6%
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	9,25	8,21	12,7%
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	56.457	49.400	14,3%

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 28 de abril de 2014.

Comentário do Desempenho**DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE POR ÁREA**

Como holding pura a Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas controladas. Abaixo apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes.

Resultado da Equivalência Patrimonial (REP) por Áreas	01/01 a 30/09/2014	%	01/01 a 30/09/2013	%	Evolução (%)
Área de Serviços Financeiros	5.637	98,9%	4.225	96,6%	33,4%
Área Industrial	60	1,1%	148	3,4%	-59,5%
Duratex	97	1,7%	158	3,6%	-38,6%
Elekeiroz	(11)	-0,2%	16	0,4%	-168,8%
Itautec	(26)	-0,5%	(26)	-0,6%	0,0%
Outros	2	0,0%	(1)	0,0%	-
Total REP Recorrente	5.699	100,0%	4.372	100,0%	30,4%
Resultado Próprio da Itaúsa Líquido de Impostos	(186)		(15)		
Lucro Líquido Recorrente	5.513		4.357		26,5%
Resultado não Recorrente	80		(435)		
Lucro Líquido	5.593		3.922		42,6%

Comentário do Desempenho**Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente**

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o lucro líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2013
Lucro Líquido	5.593	3.922	193	271	5.786	4.193
Inclusão / (Exclusão) dos Efeitos não Recorrentes	(80)	435	(18)	13	(98)	448
Próprio	3	-	-	-	3	-
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos	3	-	-	-	3	-
Decorrentes de Participação Acionária no Itaú Unibanco Holding	31	187	-	-	31	187
Movimentação de Ações em Tesouraria	(57)	110	-	-	(57)	110
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos	(14)	-	-	-	(14)	-
Provisão de Crédito para Liquidação Duvidosa - Credicard	15	-	-	-	15	-
Provisões - Ações Cíveis	33	39	-	-	33	39
Cofins/ Provisão para Perdas sobre Prejuízo Fiscal - Porto Seguro	21	-	-	-	21	-
Amortização de Ágio Credicard	45	-	-	-	45	-
Ganho Fiscal na Tese de Alargamento da Base de Cálculo de PIS e COFINS - IRB	(12)	-	-	-	(12)	-
Realização PPA Itaú Unibanco x RedeCard	-	38	-	-	-	38
Decorrentes de Participação Acionária nas demais empresas controladas ⁽¹⁾	(114)	248	(18)	13	(132)	261
Duratex	(9)	-	(16)	(4)	(25)	(4)
Elekeiroz	-	(16)	-	(1)	-	(17)
Itautec	(105)	269	(2)	18	(107)	287
Itaúsa Empreendimentos	-	(5)	-	-	-	(5)
Lucro Líquido Recorrente	5.513	4.357	175	284	5.688	4.641

(1) Informações adicionais sobre os eventos não recorrentes das demais empresas do conglomerado estão disponíveis no ITS (Informações Trimestrais Seleccionadas).

Comentário do Desempenho



PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a Setembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA (1)
		Itaú Unibanco Holding	Duratex (5)	Elekeiroz	Itautec (5) (6)	
Ativos Totais	2014	1.077.710	8.700	687	340	46.115
	2013	990.206	8.100	707	702	40.369
Receitas Operacionais (2)	2014	113.096	2.944	696	90	9.317
	2013	86.002	2.865	738	364	8.010
Lucro Líquido	2014	15.210	303	(12)	(19)	5.786
	2013	11.516	450	33	(325)	4.193
Patrimônio Líquido	2014	93.457	4.602	486	128	40.283
	2013	80.340	4.377	510	219	35.055
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (3)	2014	23,4%	9,0%	-3,2%	-18,0%	20,4%
	2013	19,9%	14,3%	9,1%	-109,7%	16,6%
Geração Interna de Recursos (4)	2014	44.118	791	13	(48)	922
	2013	34.821	1.008	58	(116)	718

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Itautec e Elekeiroz: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((dez'13 + mar + jun + set) / 4).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(5) Na Duratex e Itautec os valores apresentados desconsideram as Receitas Operacionais classificadas no Resultado de Operações Descontinuadas.

(6) Em 2013, os Ativos Totais, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido incluem às Operações Descontinuadas.

2.1) ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco Holding

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,73% detida pela Itaúsa direta e indiretamente.

Resultados

O lucro líquido entre janeiro e setembro de 2014 atribuível aos acionistas controladores foi 32,1% maior que no mesmo período que do ano anterior e totalizou R\$ 15,2 bilhões, o Itaú Unibanco atingiu uma rentabilidade anualizada de 23,4% sobre o patrimônio líquido médio (19,9% em 2013). Em 2014, o lucro líquido recorrente acumulado até setembro alcançou R\$ 15,4 bilhões, um crescimento de 32,9% em relação ao mesmo período de 2013, atingindo um retorno recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 23,8%.

Comentário do Desempenho



Contribuíram para a evolução do resultado apresentado, os crescimentos de 2,4% das receitas de juros e rendimentos líquidos das despesas e de 17,8% nas receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias em relação ao mesmo período de 2013. Entre janeiro e setembro de 2014, o resultado de operações de seguros, previdência e capitalização antes das despesas de sinistros e comercialização cresceu 4,0% em comparação com o resultado acumulado até setembro de 2013.

No comparativo entre os meses de janeiro e setembro de 2014 e 2013, as perdas com créditos e sinistros mantiveram-se praticamente estáveis, com aumento de 0,8% - refletindo a estratégia de priorização por carteiras de menor risco – enquanto que as despesas gerais e administrativas cresceram 10,3%, mesmo com a aquisição da empresa Credicard no final do ano de 2013.

Ativos

O total de ativos consolidados ultrapassou R\$ 1,1 trilhão, com crescimento de 8,8% nos últimos 12 meses, enquanto que o patrimônio líquido dos acionistas controladores totalizou R\$ 93,5 bilhões, com crescimento de 16,3% na comparação com o final do terceiro trimestre de 2013.

A diversificação dos negócios se reflete na mudança da composição da nossa carteira de crédito e da captação, reduzindo os riscos a segmentos específicos, que possam ser mais impactados pela volatilidade da economia, conforme segue:

Carteira de Crédito

Em 30 de setembro de 2014 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 504,0 bilhões, com crescimento de 10,3% em relação ao final do mês de setembro de 2013. Ao se considerar os riscos de crédito tomados na modalidade de títulos privados, essa evolução atinge 11,5%. Desconsiderando-se o efeito da variação cambial, os crescimentos da carteira de crédito total teriam sido de 10,8% em 12 meses e 5,4% no ano de 2014.

Carteira de crédito	R\$ milhões				
	30/09/14	31/12/13	30/09/13	set/14-dez/13	set/14-set/13
Pessoas físicas	178.600	167.946	156.751	6,3%	13,9%
Cartão de crédito	54.265	53.149	43.078	2,1%	26,0%
Crédito pessoal	28.641	27.149	27.214	5,5%	5,2%
Crédito consignado	36.436	22.571	20.579	61,4%	77,1%
Veículos	31.468	40.584	43.060	-22,5%	-26,9%
Crédito imobiliário	27.790	24.492	22.820	13,5%	21,8%
Pessoas jurídicas	286.201	275.827	264.010	3,8%	8,4%
Grandes empresas	203.430	190.373	178.228	6,9%	14,1%
Micro, pequenas e médias empresas	82.771	85.454	85.781	-3,1%	-3,5%
América Latina (*)	39.242	39.091	36.363	0,4%	7,9%
Total com avais e fianças	504.043	482.864	457.124	4,4%	10,3%
Grandes empresas - títulos privados (**)	32.942	26.482	24.455	24,4%	34,7%
Total com avais, fianças e títulos privados	536.985	509.346	481.579	5,4%	11,5%
Total com avais, fianças e títulos privados (ex-variação cambial)	536.985	509.288	484.770	5,4%	10,8%

(*) Inclui Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai.

(**) Inclui debêntures, CRI e *commercial paper*.

Pessoas Físicas – No Brasil, a Carteira de Crédito para **Pessoas Físicas** alcançou R\$ 178,6 bilhões em 30 de setembro de 2014, crescimento de 13,9% em relação ao mesmo período de 2013. O saldo da carteira de crédito do Itaú Unibanco ao final de setembro de 2014 reflete a estratégia do Itaú Unibanco de priorização por carteiras de menor risco. Destaques:

Comentário do Desempenho



- O Itaú Unibanco é líder no segmento de **cartão de crédito** no Brasil em faturamento. O valor transacionado em compras com cartões de débito e crédito atingiu R\$ 223,1 bilhões de janeiro a setembro de 2014, o que representou um acréscimo de 22,9% em relação ao mesmo período de 2013. O saldo da carteira de crédito alcançou R\$ 54,3 bilhões, aumento de 26,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente à aquisição da Credicard.

Desde o seu lançamento em agosto de 2012, o Itaucard 2.0, cartão de crédito pioneiro no mercado brasileiro e que introduziu no país a prática internacional de cálculo de juros, já possui mais de 5,0 milhões de unidades.

Lançado em setembro último, o cartão "TudoAzul Itaucard" (Internacional, Gold e Platinum), em parceria com a Azul Linhas Aéreas, atende a estratégia da Itaucard de oferecer um portfólio diversificado e alinhado ao perfil dos clientes.

- Em 30 de setembro de 2014, o saldo da carteira de **crédito pessoal** alcançou R\$ 28,6 bilhões, um aumento de 5,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto que o saldo da carteira de **crédito consignado** atingiu R\$ 36,4 bilhões, crescimento de 77,1% em relação a 30 de setembro de 2013, atingindo 7,2% do total de crédito do banco, incluído avais e fianças. A carteira de crédito consignado originada na rede de agências do Itaú Unibanco encerrou o terceiro trimestre de 2014 com R\$ 13,1 bilhões e a realizada nos demais canais de comercialização foi de aproximadamente R\$ 23,3 bilhões.
- O saldo da carteira de **veículos** alcançou R\$ 31,5 bilhões, e a relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem, médio da carteira, foi de 74,1% ao final do terceiro trimestre de 2014. Com o objetivo de contribuir com o crescimento da cadeia automotiva e estimular a economia brasileira, foi anunciado em agosto último, redução da taxa mínima de financiamento de veículos novos, passando de um patamar 1,30% para 0,99% ao mês. Entre janeiro e setembro de 2014, as contratações de financiamento de veículos tiveram prazo médio de financiamento de 39 meses, sendo que metade das operações foram realizadas com o prazo de até 36 meses.
- O Itaú Unibanco é líder no **financiamento de imóveis** para pessoa física entre os bancos privados brasileiros. A oferta desse produto é realizada pela rede de agências, incorporadoras e imobiliárias. O saldo da carteira de crédito alcançou R\$ 27,8 bilhões, evolução de 21,8% em 12 meses, com a relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem de aproximadamente 42,0%. Nos nove primeiros meses do ano, realizamos cerca de 44,9 mil financiamentos. O volume de contratações de financiamentos para mutuários foi de R\$ 7,0 bilhões e R\$ 3,6 bilhões para empresários, segundo a ABECIP (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança).

Em agosto de 2014, o Itaú Unibanco conquistou o 1º lugar na "Euromoney's Real Estate Awards 2014" na categoria Bancos, subcategorias "Overall" e "Equity Finance" na América Latina e também no Brasil, além da subcategoria "Loan Finance" no Brasil. Em sua 10ª edição, a pesquisa reconhece as melhores empresas que atuam no mercado imobiliário mundial, segundo a opinião de consultores imobiliários, incorporadoras, gestores de investimentos, usuários finais corporativos e bancos.

Pessoas Jurídicas - No Brasil, a Carteira de Crédito com avais e fianças para **Pessoas Jurídicas**, atingiu R\$ 286,2 bilhões em 30 de setembro de 2014, apresentando crescimento de 8,4% ao mesmo período de 2013.

- O saldo da carteira de crédito para **grandes empresas (banco de atacado)** atingiu R\$ 203,4 bilhões em 30 de setembro de 2014.

A carteira é composta por empréstimos em moeda nacional e em moeda estrangeira, créditos direcionados e garantias, com excelente nível de qualidade, onde 93,7% dos créditos estão classificados nos níveis de risco "AA", "A" e "B".

No período de janeiro a setembro destacamos as operações em moeda estrangeira que tiveram um crescimento de 17,8%, quando comparadas ao mesmo período de 2013, e as operações em moeda nacional que tiveram um crescimento de 14,0% em comparação a igual período do ano anterior.

Em derivativos mantivemos nossa posição de destaque na CETIP. O foco se concentrou em operações de proteção sobre as exposições de moedas estrangeiras, taxas de juros e *commodities* junto aos nossos clientes.

Comentário do Desempenho



- O saldo da carteira de crédito de **micro, pequenas e médias Empresas** atingiu R\$ 82,8 bilhões em 30 de setembro de 2014. Em 2014, O Itaú Unibanco priorizou a revisão e a simplificação da oferta de produtos para Micro, Pequenas e Médias Empresas. Como exemplo, a “Conta Certa”, além de possuir mais serviços, possibilita aos clientes personalizarem as quantidades de boletos, DOC’s, TED’s, custódia de cheques, entre outros, de acordo com a sua necessidade. Até setembro de 2014, o banco atendia a cerca de 882 mil clientes que utilizavam contas dessa modalidade.

A carteira de crédito dos outros países da **América Latina (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai)** apresentou um crescimento de 7,9% em relação a setembro de 2013, o menor crescimento deve-se a grande desvalorização de moedas latino-americanas em relação ao Real. Sem considerar o efeito do câmbio para o real, a variação da carteira no período foi de 16,3%.

O segmento pessoa física apresentou aumento de 13,1% (20,5% em moeda corrente), com destaque para o aumento de 9,7% (18,3% em moeda corrente) na carteira do Chile com relação a igual período do ano passado. O segmento pessoa jurídica aumentou 5,3% (14,1% em moeda corrente), com destaque para o aumento das carteiras no Chile e Uruguai, que evoluíram 4,4% (12,6% em moeda corrente) e 24,5% (28,5% em moeda corrente) respectivamente.

Inadimplência

Em linha com a política de redução de risco na concessão de crédito, o índice de inadimplência total, considerando-se o saldo das operações em atraso há mais de 90 dias, alcançou 3,2% ao final do mês de setembro de 2014, apresentando uma redução de 0,7 p.p. em relação a 30 de setembro de 2013. Esse indicador apresentou o menor índice desde a associação entre Itaú e Unibanco, ocorrida em 2008, influenciado principalmente pela mudança do perfil de crédito de nossa carteira. Esse indicador atingiu 5,0% para carteira de clientes pessoas físicas e 1,8% para pessoas jurídicas ao final de setembro de 2014, recuando 1,0 p.p. e 0,5 p.p. respectivamente em relação ao mesmo período do ano anterior.

Serviços

- **Gestão de Ativos:** em setembro de 2014 o Itaú Unibanco atingiu R\$ 388,1 bilhões em recursos sob gestão, de acordo com o ranking de gestão ANBIMA, representando 14,6% do mercado.
- **Serviços de Custódia:** no mercado de custódia, o Itaú Unibanco somou R\$ 966,3 bilhões de ativos, segundo o *ranking* ANBIMA, em setembro de 2014, e atuou como Escriturador de 451 emissões.
- **Seguros, Previdência e Capitalização:** a evolução dos prêmios ganhos de seguros foi de 5,9% em relação aos nove primeiros meses de 2013, atingindo R\$ 4,6 bilhões (não incluindo a participação na Porto Seguro, da qual o Itaú Unibanco detém 30% de seu capital). As provisões técnicas de seguros atingiram R\$ 10,5 bilhões em 30 de setembro de 2014. A captação total dos planos de previdência totalizou R\$ 12,9 bilhões de janeiro a setembro de 2014. As receitas com taxas de administração atingiram R\$ 843,1 milhões e as provisões técnicas cresceram 15,7% no mesmo período, somando R\$ 99,5 bilhões em 30 de setembro de 2014. Em capitalização, houve um aumento de 10,3% nos títulos vigentes em 2014 em relação a 30 de setembro de 2013. As provisões técnicas de capitalização alcançaram R\$ 3,0 bilhões em 30 de setembro de 2014, e a arrecadação com títulos de capitalização atingiu R\$ 1,8 bilhão de janeiro a setembro.
- **Meios de Pagamentos Eletrônicos (REDE):** no período de janeiro a setembro de 2014 o faturamento total de débito e crédito atingiu R\$ 254,5 bilhões, aumento de 10,2% em relação ao mesmo período de 2013. O Itaú Unibanco encerrou o período com 1,7 milhão de equipamentos, crescimento de 18,5% em relação ao ano anterior.
- **Banco de Investimentos:** destaque entre janeiro e setembro de 2014 para operação de Fusões e Aquisições, que prestou assessoria financeira a 59 transações, totalizando US\$ 10,7 bilhões. Na renda fixa, participou em operações de debêntures, notas promissórias e securitizações que totalizaram R\$ 15,5 bilhões no período de janeiro a setembro deste ano. Nas emissões internacionais de renda fixa, o Itaú Unibanco atuou como *joint bookrunners* em ofertas que totalizaram US\$ 12,1 bilhões até setembro de 2014.
- **Consórcio:** em setembro de 2014, o saldo de parcelas a receber atingiu R\$ 11,1 bilhões, com aumento de 22,7% em relação a setembro de 2013. As receitas de administração de janeiro a setembro de 2014 atingiram R\$ 454,5 milhões.

Comentário do Desempenho



Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 1,6 trilhão em 30 de setembro de 2014.

Solidez do Capital

Visando garantir solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de capital regulatório (PR) foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelo índice de Basileia.

Ao final de setembro de 2014 o índice de Basileia atingiu 16,6%, sendo composto de 12,1% de Capital Principal e 4,5% de Capital Nível II, composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos, e dívidas subordinadas. Esses indicadores demonstram a capacidade efetiva de absorver perdas. O montante das dívidas subordinadas que integram o Nível II do capital regulatório alcançou R\$ 53,9 bilhões em 30 de setembro de 2014.

Demonstrações Contábeis Prudencial – o Itaú Unibanco publicou em agosto a Demonstração Contábil Consolidada do Conglomerado Prudencial de 30 de junho de 2014, de acordo com a Resolução nº 4.280/13 e Circular nº 3.701/14 do BACEN. Essa demonstração foi a primeira sob o critério de conglomerado prudencial, que abrange a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior sobre as quais detenha controle direto ou indireto, exceto o grupo segurador que não atende aos critérios estabelecidos na referida Resolução. O documento será disponibilizado semestralmente e obedece às normas estabelecidas para a adequação à Basileia III.

Em junho de 2014, o Itaú Unibanco conquistou o 1º lugar no *ranking Top 1000 World Banks* por Nível I do capital regulatório (*Tier 1 capital*) entre os bancos na região da América Central e Sul.

Ratings – em setembro último, em função do rebaixamento da perspectiva dos *ratings* dos títulos do governo brasileiro, de estável para negativa, a Moody's realizou o mesmo rebaixamento na perspectiva dos *ratings* em escala global de 23 instituições financeiras brasileiras, incluindo Itaú Unibanco Holding, Itaú Unibanco S.A. e Banco Itaú BBA.

Após revisar suas diretrizes para *ratings* de escala nacional correspondentes à escala internacional, a Standard&Poors elevou, no final de setembro de 2014, de brA-1 para brA-1+ os *ratings* na escala nacional de curto prazo de oito bancos brasileiros, incluindo Itaú Unibanco Holding e Banco Itaú BBA.

2.2) ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

A receita líquida totalizou R\$ 2.944 milhões nos nove primeiros meses de 2014, equivalendo a uma expansão de 2,8% em relação a 2013, resultado da evolução de 4,8% no volume expedido na divisão Madeira. O EBITDA recorrente atingiu R\$ 685 milhões, com margem de 23,3%. O lucro líquido recorrente de R\$ 273 milhões, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 8,1%.

A Divisão Madeira apresentou importante retomada do nível de atividade no terceiro trimestre de 2014, havendo melhora consistente baseada num movimento de reposição de estoques, acompanhada pelo aumento na demanda final. No ano foram expedidos 2.043,3 mil m3 de painéis contribuindo para uma receita líquida de R\$ 1.910 milhões.

Na divisão Deca, no acumulado do ano, apesar da retração de 3,9% do volume expedido, houve estabilidade de receita decorrente de um avanço de 4,1% na receita líquida unitária. Atribuímos essa situação a um cenário macro mais desafiador, evidenciado pelo fraco desempenho da venda primária e secundária de imóveis no período, afetando as vendas diretas a construtoras e o segmento de reformas. Como resultado desse quadro, a receita líquida foi de R\$ 1.034 milhões.

Comentário do Desempenho



Elekeiroz

A receita líquida de janeiro a setembro de 2014 alcançou R\$ 696,1 milhões, queda de 6% sobre o mesmo período de 2013. O mercado interno, responsável por 86% das vendas, apresentou queda de 7% enquanto as exportações cresceram 5%.

O custo dos produtos vendidos somou R\$ 667,1 milhões, alta de 3% em relação a 2013, em decorrência, sobretudo, de aumento nos preços das principais matérias-primas.

O lucro bruto acumulado de janeiro a setembro de 2014 foi de R\$ 29,0 milhões, queda de 67% em relação ao mesmo período do ano anterior. No período, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 11,9 milhões, em 2013 o lucro foi de R\$ 33,4 milhões.

O EBITDA nos primeiros nove meses de 2014 somou R\$ 6,7 milhões, queda de 90% sobre o mesmo período do ano anterior.

Endividamento: em 30 de setembro de 2014 a dívida líquida totalizou R\$ 55,7 milhões, correspondendo a 11% do patrimônio líquido.

Itautec

A receita líquida consolidada acumulada de janeiro a setembro de 2014 foi de R\$ 89,5 milhões.

O lucro bruto acumulado do período foi negativo em R\$ 9,2 milhões, resultado da queda da rentabilidade do segmento de Computação, em razão da desativação paulatina da Unidade, o que ocasionou significativa redução na cobertura de custos em função do menor volume produzido no período.

As despesas operacionais (comerciais, administrativas e de pesquisa e desenvolvimento) atingiram R\$ 34,1 milhões nos nove primeiros meses de 2014.

O resultado de equivalência patrimonial na OKI Brasil, relativa à participação acionária de 30%, foi negativo em R\$ 16,0 milhões.

Foram reconhecidos no resultado de 2014 os seguintes eventos:

- o valor líquido de R\$ 10,6 milhões, referente à utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para quitação antecipada de débitos parcelados do REFIS;
- o valor líquido de R\$ 20,0 milhões, referente à decisão favorável que pleiteava o crédito em ação declaratória cumulada com repetição de indébito, visando a declaração de inconstitucionalidade das Leis Nº 2.145/53 e Nº 7.690/88, que criaram a taxa de licenciamento de importação "Taxa CACEX". O precatório judicial referente a esse processo foi expedido em 27/06/2014; e
- o valor de R\$ 10,3 milhões, referente a receita de crédito de FINSOCIAL após decisão favorável e definitiva na esfera judicial.

Em razão dos fatores descritos acima, o resultado líquido acumulado de janeiro a setembro de 2014 foi um prejuízo de R\$ 18,8 milhões.

No acumulado dos nove primeiros meses de 2014, o EBITDA foi negativo em R\$ 29,1 milhões.

O saldo de disponibilidades financeiras ao final de setembro de 2014 é de R\$ 54,3 milhões e a dívida financeira bruta de R\$ 97,8 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 43,5 milhões.

Comentário do Desempenho



3) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 107 mil colaboradores no final de setembro de 2014, incluindo aproximadamente 7,6 mil colaboradores em unidades no exterior. A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 9,1 bilhões no período.

4) SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Itaú Unibanco Holding

O Conselho de Administração do Itaú Unibanco aprovou atualizações nas Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários.

Na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, destaque para inclusão da utilização do portal de notícias “Rede de Divulgação” para a divulgação de atos e fatos relevantes bem como comunicados ao mercado. Esse serviço, que é oferecido pela ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas), pelo IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) e pela empresa Comunique-se, possibilita acesso instantâneo aos fatos relevantes e comunicados divulgados, além de serem disponibilizados em 3 portais de notícias. A adoção da nova forma de divulgação está alinhada com a modernização do regime de divulgação de informação, conforme proposto pela CVM, estreitando o relacionamento com os *stakeholders*.

Na Política de Negociação de Valores Mobiliários foram ampliados os instrumentos mobiliários sob vedação no escopo da política, e aprimorados os procedimentos a serem observados pela companhia e pelos aderentes à política, visando sempre manter a equidade nas práticas de negociação entre todos os participantes do mercado. Também foi aprimorado o processo operacional das Políticas Próprias de Investimentos dos colaboradores, dentre outras alterações.

Pelo 15º ano consecutivo, o Itaú Unibanco foi selecionado para compor o *Dow Jones Sustainability World Index* (DJSI), principal índice de sustentabilidade do mundo, em sua edição 2014/2015. O Itaú Unibanco é o único banco latino-americano a participar da composição do índice desde sua criação. Nesta edição, atingiu a melhor nota do setor bancário nos quesitos “Políticas Anti-Crime/Medidas”, “Gerenciamento da Marca” e “Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico”.

Em agosto de 2014, o Itaú Unibanco conquistou o 1º lugar no *ranking* geral e do setor financeiro na pesquisa *As Empresas Mais Sustentáveis Segundo a Mídia*, que analisa conteúdos editoriais publicados ao longo de 2013 em razão de práticas e ações sustentáveis. Realizada pela revista *Imprensa* em parceria com a PR Newswire, o *ranking* está em sua sétima edição. Em setembro último, conquistou o *Ethical Corporation Responsible Business Awards*, que promove a excelência empresarial em sustentabilidade no mundo, com o programa de educação financeira para colaboradores.

Em outubro último, o Itaú Unibanco foi reconhecido pelo *Carbon Disclosure Project Latin America* entre as 10 empresas Líderes em Transparência na Edição 2014 do questionário “Mudanças Climáticas”.

Duratex

No ano, a Companhia aplicou em ações direcionadas ao meio ambiente R\$ 23,7 milhões, sendo destaque o tratamento de efluentes, a coleta de resíduos e a manutenção de áreas florestais e meio ambiente. Esse valor corresponde a um aumento de 6,8% em relação ao investimento desta natureza realizado no mesmo período de 2013.

No âmbito sociocultural, a Duratex continua investindo em diversos projetos com o objetivo de estabelecer um relacionamento mais próximo com as comunidades do entorno das unidades industriais e florestais onde atua. Ao todo, os projetos de cunho social e cultural, em andamento, contam com orçamento de R\$ 2,6 milhões.

A Duratex foi selecionada, pelo terceiro ano consecutivo, para integrar a carteira do *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index* (DJSI), um dos índices de listagem que avalia com rigor o desempenho econômico e socioambiental das companhias abertas. A Companhia foi classificada no grupo industrial de materiais, no setor Papel & Produtos Florestais.

Comentário do Desempenho



5) PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Itaú Unibanco Holding

No período, o Itaú Unibanco recebeu relevantes reconhecimentos do mercado, com destaque para:

Prêmio de Ouvidorias Brasil 2014 – em julho de 2014, foi reconhecido por ter uma das dez melhores ouvidorias do país. O prêmio é uma iniciativa da revista Consumidor Moderno, e avalia os melhores cases de ouvidoria, implementados com foco em inovação, obedecendo aos critérios de desempenho, governança, alianças, integração e responsabilidade social.

Valor 1000 – em agosto de 2014, conquistou o 1º lugar nas categorias “Maior em patrimônio líquido” e “Melhor resultado operacional sem a equivalência patrimonial” no *ranking* da área financeira. Realizado pelo jornal Valor Econômico, o anuário analisa os balanços em IFRS do ano anterior das mil maiores empresas do Brasil em termos de receita líquida.

Global Private Banking Awards 2014 – realizada pelas revistas Professional Wealth Management e The Banker em outubro último, o Itaú Private Bank foi reconhecido nessa premiação, nas categorias *Best Private Bank for Innovation* e pela terceira vez “*Best Private Bank in Brazil*”.

Global Wealth Summit & Awards – também em outubro, foi eleito pela quinta vez como *Outstanding Global Private Bank in Latin America*, em premiação promovida pela Private Banker International.

Private Banking Survey 2014 – realizado pela revista Euromoney, foi reconhecido pela quinta vez, na categoria “*Best Private Banking Services Overall in Brazil*”.

Cash Management Survey 2014 – foi reconhecido pelo sétimo ano consecutivo como “*Best Cash Management Bank in Brazil*” pela revista *Euromoney*. Além desse, foi eleito “*Best Cash Management Bank in Latin America*”.

The Banker's Investment Banking Awards 2014 – promovido pela revista The Banker, o Itaú BBA foi reconhecido como “*Most Innovative Investment Bank in Latin America*”.

Prêmio Aberje 2014 São Paulo – em outubro de 2014, conquistou o 1º lugar na categoria “Publicação Especial” pelo Relato Integrado 2013, com o tema “Conectando informações sobre nossa estratégia e capacidade de gerar valor ao longo do tempo”.

Duratex

Pela oitava vez, a Duratex foi eleita a melhor empresa do segmento Materiais de Construção e Decoração do anuário As Melhores da Dinheiro 2014, publicado pela revista IstoÉ Dinheiro.

Um importante reconhecimento recebido no período foi a conquista do primeiro lugar da 20ª Edição do Prêmio de Mérito Ambiental, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), com o projeto Gestão de Resíduos nas Unidades Deca. O projeto reúne várias ações que visam ao reaproveitamento de resíduos nas fábricas de louças e metais sanitários localizadas no Estado de São Paulo (capital e Jundiaí).

Comentário do Desempenho



6) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a setembro de 2014, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na Instrução CVM nº 381/2003, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 13 e 22 de janeiro e 14 de março - aquisição de materiais técnicos;
- 29 de janeiro – revisão de contingências e riscos tributários em potencial aquisição de empresas;
- 10 de março – realização da implementação do software de gerenciamento de auditoria;
- 24 de março e 14 de julho – consultoria em *benchmarking* de capital humano Brasil e Internacional;
- 16 de maio – revisão de declarações de impostos;
- 13 de junho – revisão independente da aplicação do Framework “COSO 2013” de controles internos;
- 08 de setembro – assessoria relacionada à análise conceitual de reconhecimento de crédito tributário;
- 11 de setembro – revisão independente de aspectos tributários e contábeis de operações no exterior.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

7) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável de nossos negócios.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 03/11/2014).

Notas Explicativas



ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Em 30 de Setembro de 2014

(Em milhões de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 23 “Informações por segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,28% das ações ordinárias e 16,98% das ações preferenciais, 34,02% do total.

Estas Demonstrações Contábeis intermediárias, Individuais e Consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 03 de novembro de 2014.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 – “Demonstração Intermediária”, com a opção de apresentar as demonstrações contábeis consolidadas completas em vez das demonstrações contábeis consolidadas condensadas.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Notas Explicativas



Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas ou controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da ITAÚSA, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de Setembro de 2014

- Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014, com aplicação retrospectiva. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.
- Entidades para Investimentos – Alteração ao IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. Introduce uma exceção ao princípio que todas as subsidiárias devem ser consolidadas. A alteração requer que a controladora que seja uma entidade de investimento mensure a valor justo pelo resultado seus investimentos em certas entidades, ao invés de consolidá-los nas suas demonstrações consolidadas. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.
- IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não geraram impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39: ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Não foram renovados derivativos durante o período de aplicação da revisão.
- IFRIC 21 Tributos: Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. Não foram identificados impactos nas demonstrações contábeis consolidadas em decorrência desta revisão.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

Notas Explicativas



- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subseqüentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados - a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de controle compartilhado.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*). Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 –Benefícios aos Empregados e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Notas Explicativas



2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4k, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12. O montante de ativo fiscal diferido em 30/09/2014 era de R\$ 751 (R\$ 729 em 31/12/2013).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 25.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 25.

c) Ativos, Provisões e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 15.

O valor contábil dessas provisões em 30/09/2014 era de R\$ 602 (R\$ 527 em 31/12/2013).

Notas Explicativas



d) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 11. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta de Custos dos Produtos e Serviços no demonstrativo de resultado.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 30/09/2014	Porcentagem do capital em 30/09/2013
Área Financeira - Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	36,73%	36,88%
Área Industrial - Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,53%	35,48%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	97,80%	94,01%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4i. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Notas Explicativas



Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações junto a acionistas não controladores

O CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

II. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” - define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

III. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como receita ou despesa financeira.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

Notas Explicativas



d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do período reportado.

I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA de receber dividendos.

Notas Explicativas



Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria companhia e controladas.

II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2014 não apresentam compensação entre ativos e passivos financeiros.

III. Impairment de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA avalia na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Itaúsa utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Notas Explicativas



No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

e) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PDD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outras receitas operacionais", na demonstração do resultado.

f) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

g) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

O CPC 19 – “Negócios em Conjunto”, define entidades sob controle conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detém controle compartilhado em entidades ou têm operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que as afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

Notas Explicativas



A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA CONSOLIDADO mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

h) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outros Resultados Operacionais.

i) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

Notas Explicativas



O CPC 01 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

j) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

k) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

Notas Explicativas



A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado. Juros e multas sobre imposto de renda e contribuição social são tratados como uma despesa não financeira.

I) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

A ITAÚSA e suas controladas oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do período.

m) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

Notas Explicativas



O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 17.

n) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o CPC 38, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida, após a emissão, se com base na melhor estimativa concluímos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

o) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

p) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Notas Explicativas



q) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

r) RECEITAS

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

s) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 23.

Notas Explicativas**NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	30/09/2014	31/12/2013
Disponibilidades	21	59
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	168	118
Certificado de Depósitos Bancários	792	1.022
Operações Compromissadas	904	340
Letra Financeira do Tesouro	4	-
Total	1.889	1.539

NOTA 4 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Segue abaixo abertura da carteira do fundo de investimentos:

	30/09/2014	31/12/2013
Letra Financeira Subordinada	59	61
Letra Financeira do Tesouro	-	25
Total	59	86

NOTA 5 - CLIENTES

Contas a receber	30/09/2014	31/12/2013
Clientes no país	1.117	1.171
Clientes no exterior	124	71
<i>Impairment</i>	(47)	(40)
Total	1.194	1.202

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	30/09/2014	31/12/2013
A vencer	1.123	1.074
Vencidos até 30 dias	26	55
Vencidos de 31 a 60 dias	4	16
Vencidos de 61 a 90 dias	4	26
Vencidos de 91 a 180 dias	41	22
Vencidos há mais de 180 dias	43	49
Total	1.241	1.242

Notas Explicativas**NOTA 6 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS****a) Outros Ativos**

	30/09/2014	31/12/2013
Outros Ativos Financeiros	842	840
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	163	151
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	282	373
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	22	19
Partes Relacionadas	56	39
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 22)	167	182
Créditos com Precatório	87	65
Outros Valores a Receber	65	11
Outros Ativos Não Financeiros	22	37
Despesas Antecipadas	8	34
Outros	14	3

b) Outros Passivos

	30/09/2014	31/12/2013
Fornecedores	214	307
Provisão de Pessoal	168	119
Sociedade em Conta de Participação	103	98
Adiantamento de Clientes	46	24
Aquisição de Empresas	35	39
Rendas Antecipadas	48	65
Fretes e Seguros a Pagar	27	13
Comissões a Pagar	11	9
Aquisição Áreas Reflorestamento	6	7
Outras Provisões Desativação Computação	5	-
Outras Contas a Pagar	77	71
Total	740	752

Notas Explicativas



NOTA 7 - ESTOQUES

	30/09/2014	31/12/2013
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	299	288
Produtos Acabados	269	265
Produtos em elaboração	115	103
Almoxarifado Geral	100	94
Adiantamento a Fornecedores	11	8
Provisão para perdas nos estoques	(16)	(22)
Total	778	736

O custo dos estoques reconhecidos no resultado é incluídos em "Custo dos Produtos e Serviços" totalizou em 30 de setembro de 2014 R\$ 2.766 (R\$ 2.768 em 30 de setembro de 2013).

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 8 - INVESTIMENTOS

I) Participação em Subsidiárias e Entidades Controladas em Conjunto - ITAÚSA

O quadro abaixo demonstra a participação da ITAÚSA em subsidiárias, que são consolidadas nessas Demonstrações Contábeis e entidades controladas em conjunto:

Empresas	Saldos em 31/12/2013	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos / A Receber (1)	Resultado de Participação (2)	Outros Resultados Abrangentes de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	Outorga de Opções Reconhecidas	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido	Saldos em 30/09/2014	Valor de Mercado (3)
Entidades Controladas em Conjunto	30.002	(2.111)	5.606	256	58	(180)	33.631	68.395
Itaú Unibanco Holding S.A.	16.490	(2.009)	3.846	136	31	(96)	18.398	68.395
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	13.512	(102)	1.760	120	27	(84)	15.233	-
Subsidiárias	2.179	(53)	176	-	2	-	2.304	2.579
Duratex S.A.	1.542	(47)	106	-	2	-	1.603	2.116
Elekeiroz S.A.	486	(6)	(11)	-	-	-	469	249
Itautec S.A.	46	-	79	-	-	-	125	214
Itaúsa Empreendimentos S.A.	104	-	2	-	-	-	106	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	1	-	-	-	-	-	1	-
Total Geral	32.181	(2.164)	5.782	256	60	(180)	35.935	70.974

(1) Em outros ativos financeiros, estão registrados dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

(2) Na Itautec, foi reconhecido no período o saldo acumulado do resultado não realizado, decorrente de operações de venda realizadas pela Itautec para empresas do Conglomerado Itaúsa, no montante de R\$ 100, tendo em vista que o controle dos negócios de automação bancária, automação comercial e de prestação de serviços, passou para a empresa OKI Electric.

(3) Valor justo dos investimentos em controladas e entidades controladas em conjunto com base nas cotações de ações das empresas. No Itaú Unibanco Holding considera-se participação indireta via IUPAR.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital Votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Entidades Controladas em Conjunto							
Itaú Unibanco Holding S.A.	75.000	93.457	15.210	1.071.022.909	93.291	(1) 36,73%	(2) 64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	7.430	22.895	2.646	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Subsidiárias							
Duratex S.A.	1.868	4.531	301	235.621.037	-	35,53%	35,53%
Elekeiroz S.A.	321	486	(12)	14.261.761	16.117.360	96,49%	98,23%
Itautec S.A.	272	128	(19)	10.953.371	-	97,80%	97,80%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	52	106	2	752.189	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	30	1	-	12.200.000	-	100,00%	100,00%

(1) Inclui participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,56% e indireta de 17,17%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 25,8% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A.

(2) Inclui participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. de 38,66% e indireta de 25,5%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 51% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas Explicativas



II - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição

	% de participação em 30/09/2014		30/09/2014			01/01 a 30/09/2014	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,73	64,16	93.457	18.398	68.395	15.210	3.846
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	22.895	15.233	-	2.646	1.760
OKI Brasil	-	-	-	45	-	-	(16)
Outros	-	-	-	(7)	-	-	(3)
Total				33.669			5.587

	% de participação em 31/12/2013		31/12/2013			01/01 a 30/09/2013	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,87	64,16	83.233	16.332	57.863	11.516	2.714
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	20.308	13.512	-	2.017	1.342
Tablemac	-	-	-	121	-	-	1
Outros	-	-	-	(15)	-	-	-
Total				29.950			4.057

Notas Explicativas**b) Outras informações**

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Informações Financeiras (*)	30/09/2014	31/12/2013	01/01 a 30/09/2013
Ativo Circulante	697.834	645.581	-
Ativo Não Circulante	379.879	381.723	-
Passivo Circulante	656.300	621.134	-
Passivo Não Circulante	327.836	323.234	-
Receitas	125.307	-	103.325
Despesas	(109.893)	-	(91.760)

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Os passivos financeiros correspondem a R\$ 507.815 circulante e R\$ 315.609 não circulante (R\$ 493.816 circulante e R\$ 306.762 não circulante em 31/12/2013).

As provisões de ações cíveis, trabalhistas e tributárias correspondem a R\$ 16.464 (R\$ 18.862 em 31/12/2013).

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2013
Receita de Juros e Rendimentos	87.411	68.023
Despesa de Juros e Rendimentos	(51.116)	(32.585)
Lucro Líquido Antes do IR/CS	21.336	14.872
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.908)	(3.296)
Lucro Líquido	15.428	11.576
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	15.210	11.516
Outros Resultados Abrangentes	697	(2.378)
Resultado Abrangente Total	15.907	9.138

As despesas com depreciação e amortização totalizam R\$ 1.228 e R\$ 616 respectivamente (R\$ 1.126 e R\$ 606 em 30/09/2013).

Caixa e Equivalentes de Caixa - Itaú Unibanco Holding	30/09/2014	31/12/2013
Disponibilidades	16.636	16.576
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.664	18.599
Aplicações no Mercado Aberto	45.574	20.615
Total	71.874	55.790

Conciliação dos Investimentos Controlados em Conjunto	Itaú Unibanco Holding		IUPAR		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Patrimônio Líquido em 01/01/2014 e 01/01/2013	83.223	75.902	20.308	18.369	-	-
Ganhos/(Perdas) do período	15.210	16.424	2.646	3.042	-	-
Outros Resultados Abrangentes	697	(3.248)	180	(834)	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(5.805)	(4.976)	(153)	(151)	-	-
Reorganizações Societárias	(489)	(640)	(127)	(165)	-	-
Outras Movimentações no PL	621	(239)	41	47	-	-
Patrimônio Líquido em 30/09/2014 e 31/12/2013	93.457	83.223	22.895	20.308	-	-
Participação Societária	19,56%	19,64%	66,53%	66,53%	-	-
	18.280	16.341	15.233	13.512	33.513	29.853
Resultado Não Realizado	(14)	(173)	-	-	(14)	(173)
Goodwill (Nota 21)	132	164	-	-	132	164
Total	18.398	16.332	15.233	13.512	33.631	29.844

Notas Explicativas



NOTA 9 – IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2013			Movimentações				Saldo em 30/09/2014		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Transferências	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	686	-	686	84	(45)	-	5	730	-	730
Construções e Benfeitorias	4	983	(386)	597	104	(2)	(29)	46	1.106	(390)	716
Equipamentos e Instalações	5 a 20	3.729	(1.650)	2.079	212	(5)	(207)	191	4.122	(1.852)	2.270
Móveis e Utensílios	10	46	(31)	15	4	-	(2)	1	51	(33)	18
Veículos	10	52	(45)	7	3	-	(3)	1	54	(46)	8
Imobilizado em Andamento	-	407	-	407	172	-	-	(244)	335	-	335
Outros (Processamento de Dados e Outros Ativos)	4 a 20	136	(95)	41	(1)	-	(7)	14	142	(95)	47
TOTAL IMOBILIZADO		6.039	(2.207)	3.832	578	(52)	(248)	14	6.540	(2.416)	4.124

NOTA 10 – ATIVOS INTANGÍVEIS

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	Saldo em 31/12/2013			Movimentações			Saldo em 30/09/2014		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Despesa de Amortização	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Software	20%	59	(38)	21	11	(10)	-	69	(46)	23
Marcas e Patentes	-	15	(1)	14	1	-	-	15	(1)	14
Ágio por Rentabilidade Futura	-	714	-	714	-	-	-	715	-	715
Carteira de Clientes	6,67%	396	(105)	291	-	(20)	16	412	(126)	286
TOTAL INTANGÍVEL		1.184	(144)	1.040	12	(30)	16	1.211	(173)	1.038

NOTA 11 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda. e Tablemac S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 30 de setembro de 2014, a Duratex Florestal Ltda. e a Tablemac S.A., possuíam aproximadamente 158,2 mil e 5,3 mil hectares respectivamente em áreas de efetivo plantio (139,5 mil hectares em 31/12/2013) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,1% a.a. em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2014	31/12/2013
Custo de formação dos ativos biológicos	776	595
Diferencial entre o custo e o valor justo	587	531
Valor justo dos ativos biológicos	1.363	1.126

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	30/09/2014	31/12/2013
Saldo inicial	1.126	1.102
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	188	192
Exaustão	(131)	(218)
Variação do Valor Histórico		
Formação	245	132
Exaustão	(65)	(82)
Saldo final	1.363	1.126

	30/09/2014	31/12/2013
i) Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	57	(26)
Variação do Valor Justo	188	192
Exaustão do Valor Justo	(131)	(218)

i) O ajuste na variação do valor justo é decorrente dos preços de mercado, produtividade e volume colhido e aquisição de florestas no 1º trimestre de 2014 junto à Caxuana Ltda.

Notas Explicativas**NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014	01/07 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2013
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social de Operações em Continuidade	2.261	5.886	1.676	4.396
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social de Operações Descontinuadas	-	-	(29)	(97)
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(768)	(2.001)	(560)	(1.462)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:				
(Inclusões) Exclusões	715	1.901	544	1.356
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	741	1.900	505	1.380
Resultado de Investimentos no Exterior	9	14	10	(5)
Juros Sobre o Capital Próprio	(53)	(16)	(50)	(24)
Outras	18	3	79	5
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(53)	(100)	(16)	(106)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I - O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido estão representados por:

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	30/09/2014
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	294	(19)	44	319
Créditos de Liquidação Duvidosa	3	-	2	5
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	(1)	-	1
Ágio na Aquisição do Investimento	142	-	-	142
Provisões para Passivos Contingentes	142	(4)	41	179
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	119	(44)	2	77
Outros	27	(2)	3	28
Total do Ativo Fiscal Diferido	729	(70)	92	751
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(56)	2	-	(54)
Valor Presente de Financiamento	(7)	-	-	(7)
Resultado do Swap	(17)	-	(8)	(25)
Depreciação	(83)	-	(16)	(99)
Atualização de Dep. Judic. Obrig. Legais e Passivos Contingentes	(5)	-	-	(5)
Planos de Pensão	(4)	-	-	(4)
Venda de Imóvel	(6)	2	-	(4)
Outras Obrigações	(41)	2	(7)	(46)
Ajustes CPCs / IFRS	(300)	-	(64)	(364)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(519)	6	(95)	(608)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	210	(64)	(3)	143

Notas Explicativas



II - A estimativa de realização e o valor presente do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos existentes em 30/09/2014, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	30/09/2014	31/12/2013
Ativo Fiscal Diferido:	751	729
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	75	38
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	676	691
Passivo Fiscal Diferido	(608)	(519)
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(608)	(519)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	143	210

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e Financiamentos	Encargos	30/09/2014			31/12/2013		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
BNDES	4,6% a 9,0% a.a	8	14	22	61	16	77
BNDES	TJLP + 1,10% a 4,32% a.a	218	436	654	224	556	780
BNDES	Selic + 2,16% a.a	1	3	4	-	3	3
Crédito Industrial e Bancário	101,2% a 103,3% CDI	46	153	199	274	184	458
Crédito Industrial e Bancário	12,7% a.a	57	-	57	7	53	60
Desconto NPR	5,50% a.a	-	-	-	8	-	8
FINAME	Pré 3,7% a 7,4% a.a	-	5	5	-	2	2
FINAME	TJLP + 2,3% a.a	5	39	44	2	34	36
FINEP	3,50% a 4,0% a.a	16	49	65	15	60	75
FUNDIEST	30% IGP-M a.m	26	112	138	17	124	141
FUNDOPEM	IPCA + 3,0% a.a	1	27	28	-	16	16
Nota de Crédito Rural e Exportação	104,8 a 105,3% CDI	136	401	537	68	56	124
Nota de Crédito Rural e Exportação	8,0% a 9,60% a.a	184	58	242	68	155	223
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4,0% a.a / IPCA + 6,0% a.a	12	6	18	12	14	26
Vendor		2	-	2	1	-	1
Cessão de Crédito	9,38% a 12,01% a.a	9	-	9	20	-	20
Outros	Pré 1,3% a.m	-	-	-	10	-	10
Moeda Nacional		721	1.303	2.024	787	1.273	2.060
ACC - DESCONTO CAMBIAL	1,29% a.a	4	-	4	2	-	2
BNDES	Cesta de Moedas + 2,2% a 2,4% a.a	15	13	28	12	23	35
BNDES	US\$ + L + 1,60% a 2,10% a.a	1	3	4	1	3	4
BNDES	Varição Cambial + 1,65% a 2,16% a.a	3	9	12	4	10	14
Exterior	Libor + 0,92% a 1,61% a.a	37	-	37	93	-	93
Resolução 2770	US\$ + L + 1,3% a 1,7% a.a	-	-	-	2	-	2
Resolução 4131	US\$ + 1,60% a 2,12% a.a	1	349	350	-	108	108
Resolução 4131	US\$ + L + 1,3% a 1,7% a.a	104	109	213	1	330	331
Outros		11	49	60	-	-	-
Moeda Estrangeira		176	532	708	115	474	589
Total		897	1.835	2.732	902	1.747	2.649

Prazo de Vencimento	30/09/2014	31/12/2013
2014	-	895
2015	354	365
2016	398	134
2017	345	203
2018	231	74
2019	160	56
2020	321	9
2021	13	11
Demais	13	-
Total	1.835	1.747

Notas Explicativas**NOTA 14 – DEBÊNTURES**

Em 08/02/2012 foi aprovada na Duratex a primeira Emissão Privada de Debêntures, com garantia flutuante, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Duratex, para subscrição privada, no valor total de R\$ 100, com remuneração de IPCA + 6% a.a. pagos anualmente em 15 de janeiro de cada ano, com vencimento para 15/01/2017, cujos recursos foram destinados para:

- a) Implantação, na unidade industrial de sua propriedade localizada em Itapetininga-SP, de uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), uma nova linha de revestimento em baixa pressão e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão;
- b) Aquisição das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no item anterior.

Abaixo apresentamos as debêntures na Itaúsa Consolidado:

	30/09/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures Duratex	5	114	119	6	109	115

NOTA 15 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A ITAÚSA e suas controladas e subsidiárias, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos, contribuições e taxa de serviço administrativo incidente sobre internação e importação de mercadorias na Zona Franca de Manaus.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	30/09/2014	31/12/2013
Crédito Prêmio de IPI de 1960 a 1985	119	111
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	11	11
Restituição do ILL Pago na Distribuição de Dividendos de 1989 a 1992	12	11
INSS - SAT, Alteração da Alíquota Rural, Vale Transporte e Seguro Saúde	18	5
PIS e COFINS	4	3
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	11	10
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	17	17
Taxa Cacex ⁽¹⁾	-	21
Outros	16	16
Total	208	205

(1) Em 27 de junho de 2014 foi confirmada decisão favorável que transitara em julgado em 21 de novembro de 2007 que pleiteava o crédito em ação declaratória cumulada com repetição de indébito, visando a declaração da inconstitucionalidade das Leis 2.145/52 e 7.690/88. O crédito por precatório judicial totalizou R\$ 22, que reduzido dos custos de honorários advocatícios no total de R\$ 2, gerou um resultado positivo de R\$. 20 na rubrica de Outros Resultados Operacionais (Nota 19).

Notas Explicativas**b) Provisões:**

- **Tributárias:** As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.

- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Provisões para Contingências	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2013	435	71	21	527
Atualização Monetária	29	16	2	47
Constituição	114	21	1	136
Reversão	(51)	(21)	(3)	(75)
Pagamentos	(9)	(14)	(1)	(24)
Saldo Final	518	73	20	611
(-) Depósitos Judiciais	(4)	(5)	-	(9)
Saldo em 30/09/2014 após a compensação dos Depósitos Judiciais	514	68	20	602

As principais discussões relativas às provisões tributárias são descritas a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 377: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.
- IRPJ e CSLL – Plano Verão – R\$ 62: Pleiteamos o reconhecimento do direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial relativo ao exercício de 1989 por meio de aplicação integral do IPC (índice bruto) de 70,28% ou o diferencial de 51,83%.

c) Contingências não Provisionadas

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 30 de setembro de 2014, esses processos totalizavam R\$ 659 para causas tributárias, R\$ 18 para causas trabalhistas e R\$ 21 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 225: Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 231: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 50: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 43: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 34: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;

Notas Explicativas



- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 11: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior.

d) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais

A ITAÚSA e suas controladas aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, reaberto pela Lei 12.865/2013 e alterado pelas Leis 12.973/2014, 12.995/2014 e 12.996/2014. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e foi definido de acordo com os principais artigos abaixo:

- Refis Lucros no Exterior – A Lei 12.865/2013, alterada pelas Leis 12.973/2014 e 12.995/2014 permite utilizar os créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido próprios e de sociedades controladoras, controladas e coligadas, domiciliadas no Brasil. O efeito líquido no resultado do período corresponde a uma despesa de R\$ 2.
- Refis da Crise e Parcelamento Extraordinário - Lei 12.996/14 art. 2 - Que, dentre outras regras, prorrogou, até o dia 25 de agosto de 2014, o prazo de adesão ao “Refis da Crise” e ao Parcelamento Extraordinário (art. 2º), previstos na Lei 11.941/09 (art. 1º, § 12 e art.7º) e na Lei 12.249/10 (art. 65, § 18), respectivamente. As dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2013, poderão ser pagas ou parceladas nesses programas. O efeito líquido no resultado do período corresponde a uma despesa de R\$ 2.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme Ata Sumária da Reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 25/04/2014 foi deliberado Aumento do Capital Social no montante de R\$ 525, mediante emissão de 84.000.000 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 32.340.304 ordinárias e 51.659.696 preferenciais, com integralização em dinheiro ou em créditos originários de dividendos ou Juros sobre Capital Próprio.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 28/04/2014, foram aprovadas as seguintes propostas do Conselho de Administração:

- Aumento do capital social em R\$ 4.500, mediante capitalização de recursos consignados nas Reservas de Lucros, sendo R\$ 366 da Reserva Legal, R\$ 1.312 da Reserva para Equalização de Dividendos, R\$ 1.742 da Reserva para Reforço de Capital de Giro e R\$ 1.080 da Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas;
- Emissão de 555.466.725 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 213.856.700 ordinárias e 341.610.025 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 02/05/2014;

Após subscrição e capitalização de reservas, o Capital Social foi elevado para R\$ 27.025, representado por 6.110.133.986 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.352.423.707 ordinárias e 3.757.710.279 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Notas Explicativas

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2013 e em 30 de Setembro de 2014:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2013	239.937.149	383.270.365	623.207.514	5.500
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.600
Bonificação de 10% em Ações	186.628.955	298.117.019	484.745.974	-
Subscrição de Ações	53.308.194	85.153.346	138.461.540	900
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000
Residentes no País	2.105.824.193	2.195.206.548	4.301.030.741	17.296
Residentes no Exterior	402.510	1.169.234.010	1.169.636.520	4.704
Em Circulação em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 30/09/2014	246.197.004	393.269.721	639.466.725	5.025
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.500
Bonificação de 10% em Ações	213.856.700	341.610.025	555.466.725	-
Subscrição de Ações	32.340.304	51.659.696	84.000.000	525
Ações Representativas do Capital Social em 30/09/2014	2.352.423.707	3.757.710.279	6.110.133.986	27.025
Residentes no País	2.351.954.614	2.349.159.677	4.701.114.291	20.793
Residentes no Exterior	469.093	1.408.550.602	1.409.019.695	6.232
Ações em Tesouraria em 30/09/2014 (*)	(4.364.700)	(2.320.000)	(6.684.700)	-
Em Circulação em 30/09/2014	2.348.059.007	3.755.390.279	6.103.449.286	27.025

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado, adquiridas ao custo médio unitário de R\$ 8,99.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Notas Explicativas**I. Cálculo***(Em milhões de Reais)*

Lucro Líquido	5.593	
(-) Reserva Legal	(280)	
Base de Cálculo do Dividendo	5.313	
Dividendo Mínimo Obrigatório	1.328	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Pagos	593	(75)	518
Dividendos	92	-	92
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 01/07/2014	92	-	92
Juros sobre o Capital Próprio	501	(75)	426
1 parcela de R\$ 0,082 por ação paga em 25/08/2014	501	(75)	426
Provisionados	844	(34)	810
Dividendos	625	-	625
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 01/10/2014	92	-	92
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 02/01/2015	92	-	92
Complementar de R\$ 0,0725 por ação a ser declarado	441	-	441
Juros sobre o Capital Próprio	219	(34)	185
Complementar de R\$ 0,0358 por ação a ser declarado	219	(34)	185
Total em 30/09/2014 - R\$ 0,2176 líquido por ação	1.437	(109)	1.328
Total em 30/09/2013 - R\$ 0,1547 líquido por ação ⁽¹⁾	1.053	(122)	931

*(1) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações***c) Reservas Integralizadas**

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

Notas Explicativas**ITAÚSA**

	30/09/2014	31/12/2013
Reservas de Lucros	10.452	10.976
Legal	1.034	1.120
Estatutárias	9.418	9.856
Equalização de Dividendos	2.512	2.066
Reforço do Capital de Giro	2.885	3.852
Aumento de Capital de Empresas Participadas	4.021	3.938
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	617
Outras Reservas	473	413
Total das Reservas na Controladora	10.925	12.006

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2013	1.120	10.473	413	12.006
Constituição de Reservas	280	3.876	-	4.156
Aumento de Capital com Reservas	(366)	(4.134)	-	(4.500)
Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anteriores	-	(617)	-	(617)
Reorganizações Societárias	-	(180)	-	(180)
Opções Outorgadas Reconhecidas	-	-	60	60
Saldo em 30/09/2014	1.034	9.418	473	10.925

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

NOTA 17 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES**Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas****a) Duratex S.A.**

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

Notas Explicativas



O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.869
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,10 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos	
					Dez/13	Set/14			2007 a 2011	2012	2013	2014		
					(*)									
30/03/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	53.740	59.113	11,42	1	1	-	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.050	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.445.154	1.534.238	10,36	25	25	-	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.901	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.512.330	1.608.131	8,47	19	19	-	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.951	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	830.467	898.639	4,64	9	8	1	-	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	1.420.779	1.494.676	8,21	9	5	2	2	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.859.377	2.045.298	5,11	9	1	3	3	2	1	1
09/04/2012	1.315.360	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	1.287.309	1.411.122	5,69	7	-	1	2	1	2	2
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.498.804	1.648.673	6,54	9	-	-	2	2	5	5
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	-	2.163.532	4,48	9	-	-	-	1	7	7
Soma	18.695.608				9.907.960	12.863.422		97	59	7	9	6	15	15
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								93	57⁽¹⁾	7⁽²⁾	8⁽³⁾	6⁽⁴⁾	15⁽⁵⁾	15⁽⁵⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2011.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2012.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2013.

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado no 1º semestre de 2014.

(5) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos

(*) Contempla bonificação de ações de 10% conforme AGO/E de 22/04/2014.

Em 30 de Setembro de 2014 a Duratex S.A. possuía 2.485.759 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

b) Itaotec S.A.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Itaotec até o ano de 2006 possuía Plano para Outorga de Opções de Ações, com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações da Itaotec.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Itaotec.

O preço de exercício fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Itaotec nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções.

Notas Explicativas

A critério do Comitê era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos. As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo “Binomial”, foram as seguintes:

Premissas

Data da Outorga	Plano 2004	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	112.655	173.333
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) - (ii)	44,70	45,60
Preço do exercício (em reais - R\$) - (ii)	23,55	36,45
Valor justo da opção (em reais - R\$) - (ii)	38,52	32,88
Prazo de carência	30/06/05	30/06/07
Prazo limite para exercício	31/12/14	31/12/16
Volatilidade	64%	65%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	1,5%	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	24,9%	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera agrupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado.

Em 30 de Setembro de 2014 o preço de mercado das ações era de R\$ 19,50 (R\$ 26,89 em 31 de dezembro de 2013) por ação.

c) Elekeiroz S.A.**Plano de outorga de opções**

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxerem para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas**NOTA 18 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014	01/07 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2013
Despesas de Pessoal	(37)	(126)	(46)	(152)
Remuneração	(24)	(80)	(12)	(73)
Encargos	(7)	(22)	(18)	(36)
Benefícios Sociais	(1)	(10)	1	(14)
Treinamento	(1)	(3)	(1)	(2)
Participações de Empregados nos Lucros	(4)	(11)	(16)	(27)
Despesas Administrativas	(16)	(60)	(17)	(40)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(2)	(5)	2	(2)
Serviços de Terceiros	(6)	(26)	(8)	(20)
Propaganda, Promoções e Publicidade	-	(1)	-	(3)
Transportes / Segurança / Materiais	(1)	(4)	4	-
Despesas de Viagem	-	(2)	-	(1)
Aluguel e Instalações	(1)	(5)	(2)	(9)
Convenio de rateio de custos comuns	(1)	(4)	2	1
Outros	(5)	(13)	(15)	(6)
Depreciação	(1)	(5)	(3)	(12)
Total	(54)	(191)	(66)	(204)

NOTA 19 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014	01/07 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2013
Reversão Provisões para Contingências	14	26	37	22
Resultado de Plano Benefício	3	4	(29)	18
Amortização de Carteira de Clientes	(6)	(21)	(8)	(21)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(4)	(18)	(7)	(29)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado (*)	(4)	167	52	7
Recuperação de Despesas	-	-	12	-
Ganho líquido com precatórios	-	20	-	-
Outros	12	20	(45)	(41)
Total	15	198	12	(44)

(*) Inclui o reconhecimento, no 1º tri/2014, do saldo acumulado do resultado não realizado decorrente de operações de venda realizadas pela Itaútec para empresas do Conglomerado Itaúsa, no montante de R\$ 100, tendo em vista que o controle dos negócios de automação bancária, automação comercial e de prestação de serviços, passou para OKI Electric.

NOTA 20 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA - Investimentos Itaú S.A. pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Notas Explicativas

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2014	01/07 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2013
Lucro Líquido de Operações em Continuidade	2.155	5.593	1.554	4.019
Lucro Líquido de Operações Descontinuadas	-	-	(29)	(97)
Dividendo Mínimo Não Cumulativo Sobre as Ações Preferenciais, Segundo Nossos Estatutos	(38)	(37)	(37)	(36)
Subtotal	2.117	5.556	1.488	3.886
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(23)	(23)	(23)	(23)
Subtotal	2.094	5.533	1.465	3.863
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	806	2.130	564	1.487
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.288	3.403	901	2.376
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	829	2.153	587	1.510
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.326	3.440	938	2.412
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	2.348.317.374	2.338.816.174	2.316.849.373	2.284.272.144
Ações Preferenciais	3.755.390.279	3.737.259.502	3.700.884.614	3.648.846.458
Lucro por Ação - Básico e Diluído de Operações em Continuidade - R\$				
Ações Ordinárias	0,35	0,92	0,26	0,69
Ações Preferenciais	0,35	0,92	0,26	0,69
Lucro por Ação - Básico e Diluído de Operações Descontinuadas - R\$				
Ações Ordinárias	-	-	-	(0,02)
Ações Preferenciais	-	-	-	(0,02)

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 21 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

Notas Explicativas

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2013	Amortizações/ Realizações	30/09/2014
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente (*)	115	(40)	75
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	89	(13)	76
Outros	2	-	2
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	206	(53)	153
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	67	-	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	273	(53)	220
Passivo fiscal Diferido (IV)	(109)	21	(88)
Total ágio alocado (V = III + IV)	164	(32)	132
Agio - Goodwill	437	-	437

(*) Em 2013 foram realizados os valores relativos a Redecard.

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

NOTA 22 - BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 30 de setembro de 2014 com 9.854 participantes (10.262 em 31 de dezembro de 2013).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Notas Explicativas



Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras. O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, foi reconhecido nas demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2014.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros ativos (Nota 6a) é de R\$ 127 (R\$ 122 em 31 de dezembro 2013). Foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 4 (R\$ 11 em 30 de setembro de 2013).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo registrado em Outros ativos (Nota 6a), correspondente ao equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do Plano BD era de R\$ 40 (R\$ 60 em 31 de dezembro 2013) a ser realizado em 17 parcelas mensais, remuneradas pelo retorno dos investimentos do Plano de previdência BD.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/09/2014	30/09/2013
Taxa de Desconto	12,73% a.a.	8,16% a.a.
Tábua de Mortalidade (1)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	9,18 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	6,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	6,00 % a.a.	4,00 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

NOTA 23 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itautec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

Notas Explicativas



As controladas da Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 30 de setembro de 2014 podem ser acessadas no site www.itaunibanco.com.br/ri.

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga), que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itaotec: tem como principal atividade a participação em sociedades no Brasil e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Notas Explicativas



	Janeiro a Setembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
		Itaú Unibanco Holding	Duratex ⁽⁵⁾	Elekeiroz	Itautec ^{(5) (6)}	
Ativos Totais	2014	1.077.710	8.700	687	340	46.115
	2013	990.206	8.100	707	702	40.369
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2014	113.096	2.944	696	90	9.317
	2013	86.002	2.865	738	364	8.010
Lucro Líquido	2014	15.210	303	(12)	(19)	5.786
	2013	11.516	450	33	(325)	4.193
Patrimônio Líquido	2014	93.457	4.602	486	128	40.283
	2013	80.340	4.377	510	219	35.055
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽³⁾	2014	23,4%	9,0%	-3,2%	-18,0%	20,4%
	2013	19,9%	14,3%	9,1%	-109,7%	16,6%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2014	44.118	791	13	(48)	922
	2013	34.821	1.008	58	(116)	718

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez'13 + mar + jun + set) / 4).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(5) Na Duratex e Itautec os valores apresentados desconsideram as Receitas Operacionais classificadas no Resultado de Operações Descontinuadas.

(6) Em 2013, os Ativos Totais, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido incluem às Operações Descontinuadas.

NOTA 24 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaú Unibanco e a Fundação Itaúsa Industrial, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚSA e/ou por suas controladas;
- Os Investimentos nas Empresas Não Consolidadas (Nota 8 II) – Itaú Unibanco Holding e IUPAR – Itaú Unibanco Participações.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

Notas Explicativas**a) Partes Relacionadas**

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	30/09/2014	31/12/2013	01/01 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2013
Aplicações Financeiras	113	229	10	24
Itaú Unibanco S.A.	113	229	10	24
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	56	42	-	-
Itaú Unibanco S.A.	-	1	-	-
Duratex	-	1	-	-
Partes Relacionadas Duratex	56	40	-	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	-	45
Itaú Unibanco S.A.	-	-	1	45
Itaú Seguros	-	-	(1)	(3)
Banco Itaú BBA	-	-	-	3
Total	169	271	10	69

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 1 (R\$ 2 de 01/01 a 30/09/2013) em função da utilização da estrutura comum.

Notas Explicativas**b) Garantias Prestadas**

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	30/09/2014	31/12/2013
Duratex S.A.	482	522
Elekeiroz S.A.	76	84
Itautec S.A.	60	102
Total	618	708

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos administradores são compostos conforme segue:

ITAÚSA	01/01 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2013
Remuneração	5	4
Participações no Lucro	4	3
Total	9	7

DURATEX	01/01 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2013
Remuneração	12	11
Participações no Lucro	7	12
Opções de Ações	6	5
Total	25	28

ITAUTEC	01/01 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2013
Remuneração	4	9
Participações no Lucro	-	4
Total	4	13

ELEKEIROZ	01/01 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2013
Remuneração	5	6
Total	5	6

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos ao qual a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Notas Explicativas



Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 883 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA.

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de SWAP Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de NDF (*Non Deliverable Forward*): esse tipo de operação tem o objetivo de transformar passivos denominados em Dólares para Reais. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (PTAX).
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do SWAP.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência (nocional)	Valor Justo	Efeito acumulado	
	30/09/2014	30/09/2014	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	18	67	67	-
Posição Ativa	833	929	67	-
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	574	629	66	-
Taxa Pré-Fixada	259	300	1	-
Posição Passiva	(815)	(862)	-	-
CDI	(815)	(862)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	18	-	-	-
Compromisso de Compra	18	-	-	-
Moeda Estrangeira (USD)	18	-	-	-

	Valor de Referência (nocional)	Valor Justo	Efeito acumulado	
	31/12/2013	31/12/2013	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	46	48	49	(2)
Posição Ativa	791	822	49	(2)
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	483	488	49	(2)
Taxa Pré-Fixada	308	334	-	-
Posição Passiva	(745)	(774)	-	-
CDI	(745)	(774)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	45	1	2	-
Compromisso de Compra	45	1	2	-
Moeda Estrangeira (USD)	45	1	2	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações.

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Notas Explicativas**c) Risco de Liquidez**

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

30/09/2014	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos	903	749	1.190	13
Fornecedores e Outras Obrigações	273	79	-	-
Total	1.176	828	1.190	13

31/12/2013	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos	915	1.244	604	10
Fornecedores e Outras Obrigações	365	126	-	-
Total	1.280	1.370	604	10

d) Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA CONSOLIDADO, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deteriorização da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(3)	(10)	(16)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		3	10	16
	Swap - US\$ / CDI (Res. 2770 Res. 4131)	Queda US\$	13	(184)	(382)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	(13)	184	382
	NDF (US\$)	Queda US\$	-	(5)	(10)
Cambial	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	-	-	5
	Swap (US\$)	Aumento US\$	19	14	10
	Swap (US\$)	Aumento CDI	(19)	(19)	(19)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira	US\$ / EUR	(2)	7	16
	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(8)	(16)
		Aumento US\$	-	8	16
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(1)	4	7
		(Aumento US\$)	-	(4)	(7)
	ACC - Desconto Cambial	Queda US\$	-	1	2
		(Aumento US\$)	-	(1)	(2)
Fornecedores Exterior	Queda US\$	-	5	10	
	(Aumento US\$)	-	(5)	(10)	
Total			(3)	(3)	2

Notas Explicativas**Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

	30/09/2014	31/12/2013
Ativos: (1)	3.508	3.151
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.766	1.389
Contas a Receber de Clientes	1.194	1.180
Dividendos/JCP	282	373
Depósitos Vinculados	123	105
Partes Relacionadas	56	39
Crédito com Precatórios	87	65
Passivos:	3.939	4.093
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2.851	2.764
Fornecedores / Outras Obrigações	238	319
Dividendos/JCP	849	1.015
Instrumentos Financeiros Derivativos (2)	1	(5)

(1) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 8 I.

(2) Os instrumentos derivativos estão apresentados no quadro acima pelo valor líquido, ativo ou passivo, e referem-se em sua totalidade a instrumentos financeiros nível 2.

NOTA 26 – INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Lei nº 12.973: em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Estimamos que a referida Lei nº 12.973/14 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA.

Notas Explicativas



NOTA 27 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Operação de Seguros de Grandes Riscos – ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio da sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou em 04/07/2014 “Contrato de Compra e Venda de Ações” com a ACE Ina International Holdings, Ltd. (“ACE”), por meio do qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias comprometem-se a alienar a totalidade de suas participações na Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. (“ISSC”).

A ISSC detém as operações de seguros de grandes riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujos clientes são médias e grandes empresas com apólices de valores segurados elevados. A transação foi aprovada pela CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em 15 de setembro de 2014 e pela SUSEP em 09 de outubro de 2014.

Com base em dados proforma de 31 de dezembro de 2013, a operação de seguros de grandes riscos a ser transferida para a ISSC e posteriormente alienada à ACE compreendia: patrimônio líquido de R\$ 364 milhões, ativos de R\$ 5,8 bilhões e provisões técnicas de R\$ 4,6 bilhões.

Após o cumprimento de determinadas condições previstas no contrato, a ACE pagou R\$ 1,515 bilhão ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e às suas subsidiárias. A transferência das ações e a liquidação financeira da transação ocorreram em 31 de outubro de 2014, sendo que o valor pago está sujeito a ajuste de preço futuro com base na diferença das posições do Patrimônio Líquido entre a data do balanço pro forma e a data do balanço de fechamento.

Estima-se que a operação tenha um efeito contábil, antes de impostos, de R\$ 1,1 bilhão no lucro do 4º trimestre de 2014 do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que será refletido na ITAÚSA proporcionalmente à sua participação.

Essa transação está associada à estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de comercialização de seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nesta data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de novembro de 2014.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti

Contador CRC 1SP172940/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A., após procederem ao exame das demonstrações contábeis referentes ao 3º trimestre de 2014, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do relatório de revisão emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Sociedade no período.

São Paulo (SP), 3 de novembro de 2014.

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

Presidente

FLAVIO CESAR MAIA LUZ

HELENA KERR DO AMARAL

Conselheiro

Conselheira

JOSÉ CARLOS DE BRITO E CUNHA

PAULO RICARDO MORAES AMARAL

Conselheiro

Conselheiro